



Prefeitura Municipal de Marliéria

Praça JK, 106 • Centro • CEP 35185-000 • Marliéria • MG

(31) 3844 1160 • 3844 1177 • 3844 1188

E-mail: pmmarlieria@gmail.com

CNPJ: 16.796.872/0001-48



LEI N°. 914/2009

"Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do Município de Marliéria para o exercício de 2010 e dá outras providências".

O povo do Município de Marliéria, Estado de Minas Gerais, através de seus representantes legais aprovou, e eu Prefeito do Município sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal, e nos termos da Lei Orgânica do Município, são estabelecidas as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município para o exercício de 2010, compreendendo:

- I. As Metas Fiscais;
- II. As prioridades e metas da administração pública municipal;
- III. A estrutura e organização dos orçamentos;
- IV. As diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V. As disposições relativas à dívida pública municipal;
- VI. As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VII. As disposições sobre alterações na legislação tributária do Município para o exercício correspondente;
- VIII. As disposições finais.

CAPÍTULO I DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º e 63, inciso III da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2009, estão identificados nos Anexos I a V, VII a VIII e Anexo de Riscos Fiscais desta Lei, em conformidade com a portaria conjunta STN/SOF nº 557, de 15/10/2008.

CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 3º - O estabelecimento das prioridades da Administração Municipal para o exercício de 2010 obedecerá ao Plano Plurianual do período 2010/2013, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, e também ao seguinte:

- I. Investimentos para a modernização da administração municipal, promovendo a capacitação de servidores (administração, saúde e educação), adquirindo máquinas e equipamentos, permitindo o desenvolvimento de atividades com eficiência;



Prefeitura Municipal de Marliéria

Praça JK, 106 • Centro • CEP 35185-000 • Marliéria • MG

(31) 3844 1160 • 3844 1177 • 3844 1188

E-mail: pmmarlieria@gmail.com

CNPJ: 16.796.872/0001-48



- II. Investimentos na melhoria e qualidade da educação básica, mediante a democratização do acesso a educação, ampliando o acesso a tecnologia de suporte à formação educacional, assegurando a eqüidade nas condições de acesso, permanência e êxito escolar do aluno;
- III. Ampliação do acesso da população aos serviços básicos de saúde investindo na modernização através da aquisição de veículos, móveis e equipamentos e na disponibilização de medicamentos, materiais médico hospitalares e odontológicos;
- IV. Fortalecimento e ampliação dos programas estruturantes da saúde (PSF, PACS, PSB e outros);
- V. Promover o desenvolvimento social por meio da indução ao desenvolvimento local integrado e sustentável, articulando ações de governo e celebrando parcerias com a sociedade civil;
- VI. Promover a cidadania e a inclusão social apoiando, ampliando e desenvolvendo programas oriundos dos Governos Federais e Estaduais;
- VII. Universalizar a cobertura e aumentar a eficiência e a eficácia da prestação dos serviços de limpeza pública, coleta, disposição final e tratamento de resíduos sólidos urbanos;
- VIII. Investimentos no setor de obras, serviços urbanos e transportes objetivando a aquisição de máquinas, veículos e equipamentos proporcionando ao Município condições para a realização de obras para a melhoria da qualidade de vida do cidadão tanto na zona rural quanto urbana.
- IX. Investimentos para construção, reforma e ampliação de espaços destinados à prática desportiva, artística e cultural no Município;

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º - Para efeito desta lei entende-se por:

- I. **Programa**, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;
- II. **Atividade**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- III. **Projeto**, um instrumento de programação para alcançar objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para expansão ou aperfeiçoamento de ação de governo; e
- IV. **Operação Especial**, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

§ 1º - Cada **programa** identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de Atividades, Projetos e Operações Especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as Unidades Orçamentárias responsáveis pela realização da ação.



Prefeitura Municipal de Marliéria

Praça JK, 106 • Centro • CEP 35185-000 • Marliéria • MG

(31) 3844 1160 • 3844 1177 • 3844 1188

E-mail: pmmarlieria@gmail.com

CNPJ: 16.796.872/0001-48



§ 2º - Cada **atividade, projeto e Operação Especial** identificarão a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra as portarias SOF/STN 42/1999, e 163/2001 e alterações posteriores.

§ 3º - As categorias de programação de que trata esta lei serão identificados no Projeto de Lei Orçamentária por Programas, Atividades, Projetos ou Operações Especiais.

Art. 5º - Os Orçamentos fiscal e seguridade social compreenderão a programação dos órgãos do Município.

Art. 6º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido no artigo 22, seus incisos e parágrafo único, da Lei 4.320/64, de 17 de março de 1.964, e será composto de:

- I. Texto da Lei;
- II. Consolidação dos quadros orçamentários;
- III. Anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social (RGPS), discriminando a receita e despesa na forma definida nesta Lei;
- IV. Discriminação da legislação da receita, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

§ 1º - Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, incisos III, IV, e parágrafo único da Lei nº 4.320/64, os seguintes demonstrativos:

- I. Do resumo da estimativa da receita total do município, por categoria econômica e segundo a origem dos recursos;
- II. Do resumo da estimativa da receita total do Município, por rubrica e categoria econômica e segundo a origem dos recursos;
- III. Da fixação da despesa do Município por função e segundo a origem dos recursos;
- IV. Da fixação da despesa do Município por poderes e órgãos e segundo a origem dos recursos;
- V. Da receita arrecadada nos exercícios de 2006 a 2008, orçada para o exercício de 2009 e estimada para 2010, 2011 e 2012;
- VI. Da despesa realizada no exercício de 2006 a 2008, orçada para o exercício de 2009 e fixada para o exercício de 2010, 2011 e 2012;
- VII. Da estimativa da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;
- VIII. Do resumo geral da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica, segundo a origem dos recursos;
- IX. Das despesas e receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de forma agregada e sintética, evidenciando o déficit ou superávit corrente e total de cada um dos orçamentos;
- X. Da distribuição da receita e da despesa por função de governo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente;



Prefeitura Municipal de Marliéria

Praça JK, 106 • Centro • CEP 35185-000 • Marliéria • MG

(31) 3844 1160 • 3844 1177 • 3844 1188

E-mail: pmmarlieria@gmail.com

CNPJ: 16.796.872/0001-48



- XI.** Da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal n.º 9.394/96, por órgão, detalhando fontes e valores por programas de trabalho e grupos de despesa;
- XII.** De aplicação dos recursos referentes ao - FUNDEB, na forma da legislação que dispõe sobre o assunto;
- XIII.** Do quadro geral da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por rubrica e segundo a origem dos recursos;
- XIV.** Da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação.
- XV.** Da aplicação dos recursos de que trata a Emenda Constitucional nº 25;
- XVI.** Da receita corrente líquida com base no art.1º, parágrafo 1º, inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000;
- XVII.** Da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29;

Art. 7º - Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 (e suas alterações), a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, expressa por categoria de programação, indicando-se, para cada uma, no seu menor nível de detalhamento:

- I.** O orçamento a que pertence;
- II.** O grupo de despesa a que se refere, obedecendo a seguinte classificação:
 - a) DESPESAS CORRENTES:
Pessoal e Encargos Sociais;
Juros e Encargos da Dívida;
Outras Despesas Correntes.
 - b) DESPESAS DE CAPITAL:
Investimentos;
Inversões Financeiras;
Amortização e Refinanciamento da Dívida;
Outras despesas de Capital.

CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 8º - O projeto de lei orçamentária do Município de Modelo, relativo ao exercício de 2010, deverá assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

- I.** O princípio de controle social implica em assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e implantar mecanismos para o acompanhamento do orçamento;



Prefeitura Municipal de Marliéria

Praça JK, 106 • Centro • CEP 35185-000 • Marliéria • MG

(31) 3844 1160 • 3844 1177 • 3844 1188

E-mail: pmmarlieria@gmail.com

CNPJ: 16.796.872/0001-48



II. O princípio de transparência implica, alem da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos municípios às informações relativas a execução do orçamento.

Art. 9º - Será assegurada aos cidadãos através de lei específica participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimento de interesse local, mediante regular processo de consulta.

Art. 10 - A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Art. 11 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

Art. 12 - Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º e no inciso II do § 1º do artigo 31, todos da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º - Excluem do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º - No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

- I.** Com pessoal e encargos patronais;
- II.** Com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2001.

§ 3º - Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Art. 13 - A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedido de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei n.º 4.320/64.

Art. 14 - Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 15 - Observadas as prioridades a que se refere o artigo 3º desta lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta, das autarquias, dos fundos especiais, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, quando legalmente instituídas no Município se:

- I.** Houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;
- II.** Estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;



Prefeitura Municipal de Marliéria

Praça JK, 106 • Centro • CEP 35185-000 • Marliéria • MG

(31) 3844 1160 • 3844 1177 • 3844 1188

E-mail: pmmarlieria@gmail.com

CNPJ: 16.796.872/0001-48



III. Estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio;

IV. Os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

Art. 16 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, inclusive das receitas próprias das entidades mencionadas no art. 15, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos emitida no exercício de 2008, comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria e certidões que comprovem sua regularidade no âmbito municipal, estadual e federal.

§ 2º - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º - Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda de:

- I.** Publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;
- II.** Identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º - A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica.

§ 5º - Pelo seu poder de propulsão o Município poderá assinar convênio de cooperação ou para o repasse de subvenção desde que a mesma atenda ao interesse da coletividade, promova o atendimento direto ao público observado a regulamentação em lei, assinatura de contrato, e o devido processo licitatório, quando necessário.

Art. 17 - A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único - O Poder Executivo do Município de Marliéria, com o objetivo de adequar-se ao Art. 167, inciso IV da Constituição Federal, promoverá antes da execução da Lei Orçamentária do exercício de 2009 revisões das Leis que autorizem transferências de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação.

Art. 18 - As receitas próprias das entidades mencionadas no art. 15, quando legalmente instituídas no Município, serão programadas para atender preferencialmente, os gastos com pessoal e encargos



Prefeitura Municipal de Marliéria

Praça JK, 106 • Centro • CEP 35185-000 • Marliéria • MG

(31) 3844 1160 • 3844 1177 • 3844 1188

E-mail: pmmarlieria@gmail.com

CNPJ: 16.796.872/0001-48



sociais, juros, encargos e amortizações da dívida, contrapartida de financiamentos e outras despesas de manutenção.

Art. 19 - A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Art. 20 - A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor de até 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2010, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo único - Caso não seja necessária a utilização da reserva de contingência para a sua finalidade, no todo ou em parte, o saldo remanescente a partir de 1º de dezembro de 2010, poderá ser utilizado para cobertura de créditos adicionais.

Art. 21 – Obedecendo ao disposto no art. 52 da LC 101/00, o Poder Legislativo, encaminhará sua execução orçamentária para consolidação geral do Município.

§ 1º - O descumprimento de tal dispositivo provocará distorções nas informações publicadas, aplicação de multas ao ordenador de despesas aplicadas pelo TCE-MG, sendo o Poder Executivo compelido a tomar medidas coercitivas contra o Poder Legislativo.

§ 2º - A Câmara Municipal devolverá à tesouraria da Prefeitura o saldo existente em caixa em 31 de dezembro descontado os valores compromissados, sob pena de dedução do repasse financeiro do exercício imediatamente seguinte, do respectivo valor que permanecer em seu poder.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 22 - A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art. 23 - O Projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III da Constituição Federal.

Art. 24 - A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 25 - No exercício financeiro de 2010, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 26 - Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art.19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a adoção das medidas de que tratam os parágrafos 3º e



Prefeitura Municipal de Marliéria

Praça JK, 106 • Centro • CEP 35185-000 • Marliéria • MG

(31) 3844 1160 • 3844 1177 • 3844 1188

E-mail: pmmarlieria@gmail.com

CNPJ: 16.796.872/0001-48



4º do art. 169 da Constituição Federal preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 27 - Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a contratação de hora extra, fica restrita a necessidades emergenciais das áreas de saúde e da educação.

Art. 28 - Desde que atendidas às disposições nos artigos. 18, 19 e 20 da LC 101/00, a Lei Orçamentária consignará recursos necessários para atender às despesas decorrentes da implantação e/ou alteração dos Estatutos e dos Planos de Carreira do Servidor Público Municipal, inclusive do Magistério, promover revisão correção e/ou recomposição por perdas dos vencimentos e subsídios, obedecida à disposição do inciso X do art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º - Fica o Município autorizado a realizar processo seletivo para o recrutamento de pessoal, ainda que por tempo determinado, conforme dispor o edital e tudo na conformidade das disposições do art. 37 da Constituição Federal.

§ 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder vantagens, compreendendo em abono e rateio de recursos remanescentes em conta corrente, aos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, objetivando o cumprimento do percentual mínimo de 60%, nos termos dos arts. 21 e 22 da Lei Federal n. 11.494/07, observando-se os limites de despesas com pessoal fixados pela Lei Complementar n. 101/2000.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO CORRESPONDENTE.

Art. 29 - A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2010 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.

Art. 30 - A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

- I. Atualização da planta genérica de valores do município;
- II. Revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III. Revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- IV. Revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- V. Revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Inter-vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- VI. Revisão das taxas, pela utilização efetiva ou potencial dos serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição, inclusive da legislação pertinente;
- VII. Revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.



Prefeitura Municipal de Marliéria

Praça JK, 106 • Centro • CEP 35185-000 • Marliéria • MG

(31) 3844 1160 • 3844 1177 • 3844 1188

E-mail: pmmarlieria@gmail.com

CNPJ: 16.796.872/0001-48



§ 1º - Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo poderá encaminhar projeto de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita deverá ser calculada e apresentada anexa ao projeto, nos termos da LC 101/00.

§ 2º - A parcela de receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara de Vereadores poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

CAPITULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31 - É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 32 - Fica o Poder Executivo autorizado a promover alterações e adequações de sua estrutura organizacional administrativa, com o objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia ao poder público municipal, podendo ainda realizar estudos visando definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único - A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade Orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

Art. 33 - Para os efeitos do art.16 da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666/1993, obedecendo a classificação do objeto de despesa.

Art. 34 - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 35 - O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Parágrafo único - Se o projeto de lei orçamentário anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2010, fica o Executivo Municipal autorizado a executá-lo até o limite mensal de 1/12 (um doze avos) de cada programa constante da lei em sua forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 36 - As emendas ao projeto de lei orçamentária obedecerão ao disposto no art. 166, § 3º, da Constituição Federal, que estabelecem as diretrizes para a sua elaboração.

Art. 37 - O Poder Executivo disponibilizará ao Poder Legislativo estimativa da receita objetivando subsidiá-lo no cálculo da sua proposta orçamentária, que será encaminhada até 30 de Julho de 2008, para fins de consolidação do projeto de lei do orçamento, observadas as disposições desta Lei.



Prefeitura Municipal de Marliéria

Praça JK, 106 • Centro • CEP 35185-000 • Marliéria • MG

(31) 3844 1160 • 3844 1177 • 3844 1188

E-mail: pmmarlieria@gmail.com

CNPJ: 16.796.872/0001-48



Art. 38 - As despesas com publicidade de interesse do Município restringir-se-ão aos gastos necessários à divulgação de investimentos e de serviços públicos efetivamente realizados, bem como de campanhas de natureza educativa ou preventiva, excluídas as despesas com a publicação de editais e outras publicações legais.

Art. 39 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Marliéria, 09 de junho de 2009.

WALDEMAR NUNES DE SOUSA

Prefeito Municipal

Município de Marlíria - Consolidado
 ESTADO DE MINAS GERAIS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 MÉTODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
 I - RECEITAS
 Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA				ORÇADA	PREVISÃO	(R\$)
	2007	2008	2009	2010			
RECEITAS CORRENTES	6.909.388,56	8.393.879,50	9.923.433,68	10.968.684,55	12.119.451,11	12.336.368,11	
RECEITA TRIBUTÁRIA	160.179,01	192.674,66	304.940,00	365.928,00	439.114,00	439.114,00	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	80.973,39	77.289,72	103.920,00	124.704,00	130.000,00	135.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL	21.438,30	26.633,22	41.976,00	46.174,00	55.409,00	60.500,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	14.676,15	8.883,15	25.200,00	30.240,00	36.288,00	3.700,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	5.000,00	15.000,00	18.000,00	19.000,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	2.056,02	45.938,50	28.138,00	30.952,00	37.142,00	38.500,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.613.103,66	8.036.092,23	9.302.956,68	10.233.252,55	11.256.577,11	11.500.554,11	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	16.962,03	6.368,02	111.303,00	122.434,00	146.921,00	140.000,00	
RECEITAS DE CAPITAL	207.395,41	1.314.475,20	480.101,00	576.121,00	691.345,00	691.345,00	
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	14.268,00	17.122,00	20.546,00	20.546,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	207.395,41	1.314.475,20	465.833,00	558.999,00	670.799,00	670.799,00	
DEDUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES	-897.413,40	-1.181.701,76	-1.281.368,68	-1.409.505,55	-1.550.456,11	-1.550.456,11	
DEDUÇÕES DA RECEITA DE TRANSF. CORRENTES	-897.413,40	-1.181.701,76	-1.281.368,68	-1.409.505,55	-1.550.456,11	-1.550.456,11	
Total	6.219.370,57	8.526.652,94	9.122.166,00	10.135.300,00	11.260.340,00	11.477.257,00	

Marlieria -MG, 9 de Junho de 2009

Waldemar Nunes de Sousa
 Waldemar Nunes de Sousa
 Prefeito Municipal

Geraldo Magela Martins

Controle Interno

Geraldo Magela Martins

CRC/MG TC 74.750/0-5

Município de Marliéria - Consolidado

ESTADO DE MINAS GERAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
MÉTODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
II - DESPESAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA			ORÇADA	PREVISÃO		
	2007	2008	2009		2010	2011	2012
DESPESAS CORRENTES (I)							
Pessoal e Encargos Sociais	5.324.923,30	7.066.211,86	7.977.578,00	8.876.254,00	9.875.388,00	10.092.305,00	10.092.305,00
Transferência a Estados e ao Distrito Federal	2.667.593,59	3.436.213,76	3.543.425,00	3.897.768,00	4.529.544,00	4.529.544,00	4.529.544,00
Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	2.667.593,59	3.436.213,76	3.543.425,00	3.897.768,00	4.529.544,00	4.529.544,00	4.529.544,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	6.000,00	8.000,00	10.000,00	10.000,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	6.000,00	8.000,00	10.000,00	10.000,00
Transferência da União	2.657.329,71	3.629.998,10	4.428.153,00	4.970.486,00	5.335.844,00	5.552.761,00	5.552.761,00
Transferência a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas com Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Multigovernamentais Nacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	2.657.329,71	3.629.998,10	4.428.153,00	4.970.486,00	5.335.844,00	5.552.761,00	5.552.761,00
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL (II)							
Investimentos	593.472,16	1.837.569,72	1.120.388,00	1.230.426,00	1.351.470,00	1.351.470,00	1.351.470,00
Transferências a União	397.246,14	1.706.463,17	920.000,00	1.020.000,00	1.120.000,00	1.120.000,00	1.120.000,00
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas com Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Multigovernamentais Nacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	397.246,14	1.706.463,17	920.000,00	1.020.000,00	1.120.000,00	1.120.000,00	1.120.000,00
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	32.204,00	25.424,00	27.967,00	27.967,00	27.967,00
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	0,00	0,00	32.204,00	25.424,00	27.967,00	27.967,00	27.967,00
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	196.226,02	131.106,55	168.184,00	185.002,00	203.503,00	203.503,00	203.503,00
Aplicações Diretas	196.226,02	131.106,55	168.184,00	185.002,00	203.503,00	203.503,00	203.503,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)	0,00	0,00	24.200,00	28.620,00	33.482,00	33.482,00	33.482,00

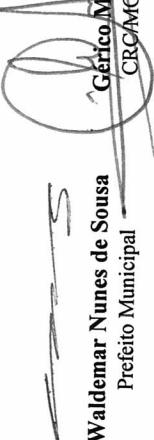
(R\$)

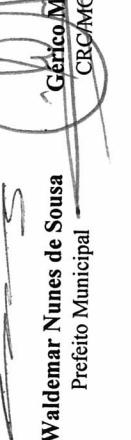
Município de Marlieria - Consolidado

ESTADO DE MINAS GERAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
II - DESPESAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA			ORÇADA			PREVISÃO		
	2007	2008	2009	2010	2011	2012			
Total	5.918.395,46	8.903.781,58	9.122.166,00	10.135.300,00	11.260.340,00	11.477.257,00			

Marlieria -MG, 9 de junho de 2009


Waldemar Nunes de Sousa
Prefeito Municipal


Gérico Mayrink Caetano
CRC/MG TC 74.750/O-5


Geraldo Magela Martins
Controle Interno

Município de Marliéria - Consolidado

ESTADO DE MINAS GERAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
III - RESULTADO PRIMÁRIO
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2012
RECEITAS CORRENTES (I)	6.011.975,16	7.212.177,74	8.642.065,00	9.559.179,00	10.568.995,00	10.785.912,00
RECEITAS CORRENTES (EXCETO INTRA)	6.909.388,56	8.393.879,50	9.923.433,68	10.968.684,55	12.119.451,11	12.336.368,11
Receitas Tributárias	160.179,01	192.674,66	304.940,00	365.928,00	439.114,00	439.114,00
Receita de Contribuição	80.973,39	77.289,72	103.920,00	124.704,00	130.000,00	135.000,00
Receita Patrimonial	21.438,30	26.633,22	41.976,00	46.174,00	55.409,00	60.500,00
Aplicações Financeiras (II)	21.438,30	26.633,22	37.136,00	23.000,00	30.000,00	34.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	4.840,00	23.174,00	25.409,00	26.500,00
Receita Agropecuária	14.676,15	8.883,15	25.200,00	30.240,00	36.288,00	37.700,00
Receita Industrial	0,00	0,00	5.000,00	15.000,00	18.000,00	19.000,00
Receita de Serviços	2.056,02	45.938,50	28.138,00	30.952,00	37.142,00	38.500,00
Transferências Correntes	6.613.103,66	8.036.092,23	9.302.956,68	10.233.252,55	11.256.577,11	11.500.554,11
Outras Receitas Correntes	16.962,03	6.368,02	111.303,00	122.434,00	146.921,00	140.000,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	-897.413,40	-1.181.701,76	-1.281.368,68	-1.409.505,55	-1.550.456,11	-1.550.456,11
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	5.990.536,86	7.185.544,52	8.604.929,00	9.536.179,00	10.538.995,00	10.751.912,00
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	207.395,41	1.314.475,20	480.101,00	576.121,00	691.345,00	691.345,00
Operações de Crédito (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (VI)	0,00	0,00	14.268,00	17.122,00	20.546,00	20.546,00
Amortizações de Empréstimos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	207.395,41	1.314.475,20	465.833,00	558.999,00	670.799,00	670.799,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Fiscais de Capital (VIII) = (IV - V - VI - VII)	207.395,41	1.314.475,20	465.833,00	558.999,00	670.799,00	670.799,00
RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (OU RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS)(IX) = (III + VIII)	6.197.932,27	8.500.019,72	9.070.762,00	10.095.178,00	11.209.794,00	11.422.711,00
RECEITA TOTAL	6.219.370,57	8.526.652,94	9.122.166,00	10.135.300,00	11.260.340,00	11.477.257,00
DESPESAS CORRENTES (X)	5.324.923,30	7.066.211,86	7.977.578,00	8.876.254,00	9.875.388,00	10.092.305,00
Pessoal e Encargos Sociais	2.667.593,59	3.436.213,76	3.543.425,00	3.897.768,00	4.529.544,00	4.529.544,00
Juros e Encargos da Dívida (XI)	0,00	0,00	6.000,00	8.000,00	10.000,00	10.000,00
Outras Despesas Correntes	2.657.329,71	3.629.998,10	4.428.153,00	4.970.486,00	5.335.844,00	5.552.761,00
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	5.324.923,30	7.066.211,86	7.971.578,00	8.868.254,00	9.865.388,00	10.082.305,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	593.472,16	1.837.569,72	1.120.388,00	1.230.426,00	1.351.470,00	1.351.470,00
Investimentos	397.246,14	1.706.463,17	920.000,00	1.020.000,00	1.120.000,00	1.120.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	32.204,00	25.424,00	27.967,00	27.967,00
Transferência de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	196.226,02	131.106,55	168.184,00	185.002,00	203.503,00	203.503,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	397.246,14	1.706.463,17	952.204,00	1.045.424,00	1.147.967,00	1.147.967,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	24.200,00	28.620,00	33.482,00	33.482,00
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (OU DESPESAS FISCAIS-LÍQUIDAS)(XVII) = (XII + XVI)	5.722.169,44	8.772.675,03	8.947.982,00	9.942.298,00	11.046.837,00	11.263.754,00
DESPESA TOTAL	5.918.395,46	8.903.781,58	9.122.166,00	10.135.300,00	11.260.340,00	11.477.257,00
Resultado Primário (IX - XVII)	475.762,83	-272.655,31	122.780,00	152.880,00	162.957,00	158.957,00

Município de Marlíria - Consolidado

ESTADO DE MINAS GERAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
IV - RESULTADO NOMINAL
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

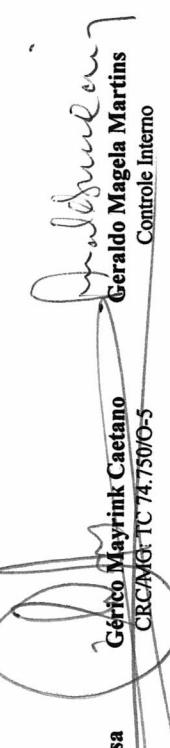
ESPECIFICAÇÃO	2007 (b)	2008 (c)	2009 (d)	2010 (e)	2011 (f)	2012 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	677.395,29	546.288,74	677.395,29	677.395,29	677.395,29	677.395,29
DEDUÇÕES (II)	705.475,29	296.946,20	726.233,03	723.573,70	726.403,36	773.233,03
Ativo Disponível	493.505,63	103.824,00	440.234,23	413.598,53	426.916,38	100.000,00
Haveres Financeiros	725.551,71	748.636,21	726.233,03	723.573,70	726.403,36	723.233,03
(-) Restos a Pagar Processados	513.582,05	555.514,01	440.234,23	413.598,53	426.916,38	50.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-28.080,00	249.342,54	-48.837,74	-46.178,41	-49.008,07	-95.837,74
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	-28.080,00	249.342,54	-48.837,74	-46.178,41	-49.008,07	-95.837,74
Resultado Nominal	(b - a*) -454.082,40	(c - b) 277.422,54	(d - c) -298.180,28	(e - d) 2.659,33	(f - e) -2.829,66	(g - f) -46.829,67

Notas:

- O cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.
- * Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2006 (R\$426.002,40)

Marlieria -MG, 9 de Junho de 2009


Waldemar Nunes de Sousa
 Prefeito Municipal


Gérardo Magela Martins
 Geraldo Magela Martins
 CRC/MG/TIC 74.750/O-5
 Controle Interno

Município de Marlíria - Consolidado

ESTADO DE MINAS GERAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
MÉTODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	836.955,65	677.395,29	546.288,74	677.395,29	677.395,29	677.395,29	677.395,29
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	836.955,65	677.395,29	546.288,74	677.395,29	677.395,29	677.395,29	677.395,29
DEDUÇÕES (II)	41.0953,25	705.475,29	296.946,20	726.233,03	723.573,70	726.403,36	773.233,03
Ativo Disponível	280.420,02	493.505,63	103.824,00	440.234,23	413.598,53	426.916,38	100.000,00
Haveres Financeiros	724.578,94	725.551,71	748.636,21	726.233,03	723.573,70	726.403,36	723.233,03
(-) Restos a Pagar	594.045,71	513.582,05	555.514,01	440.234,23	413.598,53	426.916,38	50.000,00
Dívida Consolidada Líquida	426.002,40	-28.080,00	249.342,54	-48.837,74	-46.178,41	-49.008,07	-95.837,74

Marília - MG, 9 de Junho de 2009

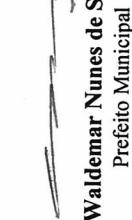
Waldemar Nunes de Sousa

Prefeito Municipal

Geraldo Magela Martins

CRC/MG: TC 74.750/O-5

Controle Interno

Prefeitura Municipal de Marliéria

ESTADO DE MINAS GERAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2010

AMF (LRF, art. 4º, §3º)

		(R\$)	
		2010	Providência
Identificação dos Riscos			
1	Passivos Contingentes	14.310,00	Providência indicada
1.1	Desapropriações, idenizações imprevistos	14.310,00	Contingenciamento de Despesas não urgentes
2	Riscos Fiscais	14.310,00	Providência indicada
2.1	Calamidades, e/ou Emergencias	14.310,00	Contingenciamento de Despesas não urgentes
3	Eventos Fiscais Imprevistos	0,00	Providência indicada
	Soma	28.620,00	

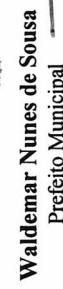
Nota:

Passivo Contingentes: Obrigações em processos, ações trabalhistas, indenizações, desapropriações,etc.

Riscos Fiscais: Emergência, calamidade pública, frustrações de arrecadação prevista, despesas planejadas a menor.

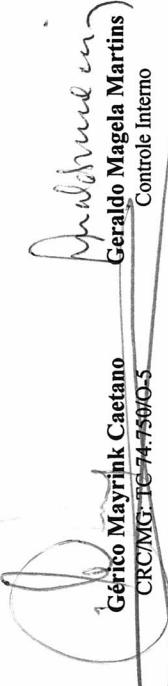
Eventos Fiscais Imprevistos: Extinção de tributos, ocorrência imprevista em execução de obra, campanhas não previstas.

Marliéria -MG, 9 de Junho de 2009


Waldemar Nunes de Sousa
Prefeito Municipal


Gérico Mayrink Caetano
CRC/MG-TC 74.750/O-5

Controle Interno


Geraldo Magela Martins

Município de Marlíria - Consolidado
 ESTADO DE MINAS GERAIS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 Demonstrativo I - Metas Anuais
 2010

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º, §1º)

ESPECIFICAÇÃO	2010			2011			2012		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	10.135.300,00	9.727.708,99	0,004	11.260.340,00	10.373.877,63	0,004	11.477.257,00	10.154.343,99	0,004
Receitas Primárias (I)	10.095.178,00	9.689.200,50	0,004	11.209.794,00	10.327.310,83	0,004	11.422.711,00	10.106.085,17	0,004
Despesa Total	10.135.300,00	9.727.708,99	0,004	11.260.340,00	10.373.877,63	0,004	11.477.257,00	10.154.343,99	0,004
Despesas Primárias (II)	9.942.298,00	9.542.468,57	0,004	11.046.837,00	10.177.182,51	0,004	11.263.754,00	9.965.450,17	0,004
Resultado Primário (III) = (I) - (II)	152.880,00	146.731,93	0,000	162.957,00	150.128,32	0,000	158.957,00	140.635,00	0,000
Resultado Nominal	2.659,33	2.552,39	0,000	-2.829,66	-2.606,90	0,000	-46.829,67	-41.431,90	0,000
Divida Pública Consolidada	677.395,29	650.153,84	0,000	677.395,29	624.067,82	0,000	677.395,29	599.316,09	0,000
Divida Consolidada Líquida	-46.178,41	-44.321,35	0,000	-49.008,07	-45.149,94	0,000	-95.837,74	-84.791,11	0,000
Receitas Primárias atíndas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

VARIÁVEIS	2010	2011	2012
PIB real (crescimento % anual)	4,18	4,20	4,27
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	12,20	11,60	11,60
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	2,25	2,26	2,30
Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	4,19	4,18	4,13
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	257.459.000,00	268.272.000,00	279.728.000,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2010	2011	2012
Valor Corrente / 1.0419	Valor Corrente / 1.0855	Valor Corrente / 1.1303

Marília - MG, 9 de junho de 2009

2010	2011	2012
Waldemar Nunes de Sousa	Gérlio Mayrink Caetano	— — —

Marília - MG, 9 de junho de 2009

Waldemar Nunes de Sousa

Gérlio Mayrink Caetano

CRC/MG/TC 74.750/O-5

Prefeito Municipal


 Magela Martins
 Geraldo Magela Martins
 Controle Interno

Município de Marília - Consolidado

ESTADO DE MINAS GERAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais C
2010

AMF - Tabela 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES						%
	2007	2008	%	2009	%	2010	
Receita Total	6.219.370,57	8.526.652,94	37,1	9.122.166,00	7,0	10.135.300,00	11,1
Receitas Primárias (I)	6.197.932,27	8.500.019,72	37,1	9.070.762,00	6,7	10.095.178,00	11,3
Despesa Total	5.918.395,46	8.903.781,58	50,4	9.122.166,00	2,5	10.135.300,00	11,1
Despesas Primárias (II)	5.722.169,44	8.772.675,03	53,3	8.947.982,00	2,0	9.942.298,00	11,1
Resultado Primário (III)=(I - II)	475.762,83	-272.655,31	-157,3	122.780,00	0,0	152.880,00	24,5
Resultado Nominal	-454.082,40	277.422,54	-161,1	-298.180,28	-207,5	2.659,33	-100,9
Dívida Pública Consolidada	677.395,29	546.288,74	-19,4	677.395,29	24,0	677.395,29	0,0
Dívida Consolidada Líquida	-28.080,00	249.342,54	-988,0	-48.837,74	-119,6	-46.178,41	-5,5

卷之三

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES						%
	2007	2008	%	2009	%	2010	
Receita Total	6.794.939,11	8.897.562,34	30,9	9.122.166,00	2,5	9.727.708,99	6,6
Receitas Primárias (I)	6.771.516,81	8.869.770,58	31,0	9.070.762,00	2,3	9.689.200,50	6,8
Despesa Total	6.466.110,41	9.291.096,08	43,7	9.122.166,00	-1,8	9.727.708,99	6,6
Despesas Primárias (II)	6.251.724,75	9.154.286,39	46,4	8.947.982,00	-2,3	9.542.468,57	6,6
Resultado Primário (III)=(I-II)	519.792,06	-284.515,82	-154,7	122.780,00	0,0	146.731,93	19,5
Resultado Nominal	496.105,23	289.490,42	-158,3	-298.180,28	-203,0	2.552,39	-100,9
Dívida Pública Consolidada	740.084,50	570.052,30	-23,0	677.395,29	18,8	650.153,84	-4,0
Dívida Consolidada Líquida	-30.678,65	260.188,94	-948,1	-48.837,74	-118,8	-44.321,35	-9,3

10

ÍNDICES DE INFLAÇÃO				2011*	2012*
	2007	2008	2009		
3,79	4,70	4,35	4,19	4,18	4,13
VALORES DE REFERÊNCIA					
Valor Corrente x 1,0925	Valor Corrente x 1,0435	Valor Corrente x 1,0000	Valor Corrente / 1,0419	Valor Corrente / 1,0855	Valor Corrente / 1,1303

* Inflação Média (% anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE

Marlieria -MG 9 de Junho de 2009

Waldemar
Preface

~~Review~~ CRC/MG: TC 74.750/O-5

Controle Interno

Senco Mayl Ink Caetano
CRC/MG: TC 74.750/O-5

Município de Marlíria - Consolidado

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

2010

AMF - Tabela 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

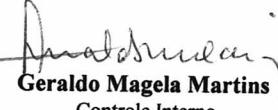
(R\$)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2008	%	2007	%	2006	%
Patrimônio/Capital	1.975.272,83	100,00	1.834.053,52	100,00	1.027.346,03	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.975.272,83	100,00	1.834.053,52	100,00	1.027.346,03	100,00

Marlieria -MG, 9 de Junho de 2009


Waldemar Nunes de Sousa
Prefeito Municipal


Gérico Mayrink Caetano
CRC/MG: TC 74.750/O-5


Geraldo Magela Martins
Controle Interno

Município de Marlíria - Consolidado

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos
2010

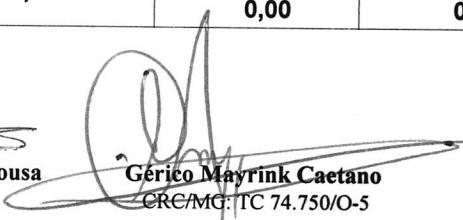
AMF - Tabela 5 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

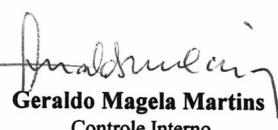
(R\$)

RECEITAS REALIZADAS	2008 (a)	2007 (d)	2006
RECEITA DE CAPITAL			
Receita de Alienação de Ativos			
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	1.500,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	1.500,00
DESPESAS LIQUIDADAS	2008 (b)	2007 (e)	2006
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	0,00	0,00	1.500,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS			
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regimes Próprios dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	1.500,00
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) = (I - II)	(c)=(a-b)+(f) 0,00	(f)=(d-e)+(g) 0,00	(g) 0,00

Marlieria -MG, 9 de Junho de 2009


Waldemar Nunes de Sousa
Prefeito Municipal


Gérico Mayrink Caetano
CRC/MG: TIC 74.750/O-5


Geraldo Magela Martins
Controle Interno

Prefeitura Municipal de Marlieria

ESTADO DE MINAS GERAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita
2010

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

Tributo	Modalidade	SETOR / PROGRAMA / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2010	2011	2012	
			0,00	0,00	0,00	
TOTAL			0,00	0,00	0,00	

Notas:

O Município não está prevendo e/ou estabelecendo Renúncia de Receitas para os próximos exercícios. Caso venha ocorrer tal evento, serão observados os procedimentos previstos no Art. 14 da LC 101/00, não descartando neste caso a possibilidade de alteração do referido anexo.

Marlieria -MG, 9 de Junho de 2009



Município de Marlíria - Consolidado

ESTADO DE MINAS GERAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de
Caráter Continuado
2010

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

(R\$)

EVENTO	2010
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesas (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC Geradas Pelas PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V)=(III - IV)	0,00

Marlíria -MG, 9 de Junho de 2009


Waldemar Nunes de Sousa
Prefeito Municipal


Gérico Mayrink Caetano
CRC/MG: TC 74.750/O-5


Geraldo Magela Martins
Controle Interno